



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 49/XI/ 2.ª SL

Aos 29 dias do mês de Setembro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;
2. Apreciação e votação da acta nº. 48, referente ao dia 22 de Setembro;
3. Parecer relativo aos Projectos de Lei nº s. 326/XI/1ª. (PSD), 411/XI/2ª. (PCP) e 415/XI/2ª. (PEV) sobre " Transferência de Farmácias ";
4. Distribuição para elaboração de Parecer dos Projectos de Lei nºs. 413/XI/2ª. (PS) relativo aos "Direitos dos doentes à informação e ao consentimento informado" e 414/XI/2ª (BE) que "Regula o direito dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Regime Nacional de Testamento Vital (RENTEV)";
5. Calendarização dos trabalhos até final do ano;
6. Audições da Ministra da Saúde, obrigatórias e a requerimento dos Grupos Parlamentares;
7. Outros Assuntos.

11:00 Audiência com a APIFARMA -Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica.

12:00 Audiência com a APIR - Associação Portuguesa de Insuficientes Renais.

O Presidente iniciou a reunião dando conta do programa da visita de trabalho a realizar a instituições de saúde do Distrito de Bragança, nomeadamente a Chaves, Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela nos dias 24, 25 e 26 de Outubro. Sugeriu que o transporte fosse feito de duas formas: entre Lisboa e Porto, ida e volta, de comboio e em auto bus do Porto a Bragança, ida e volta. Fez depois o ponto da situação das iniciativas em Comissão e pediu aos Grupos Parlamentares, autores de Projectos de Resolução, que equacionem o seu agendamento para breve.

Seguiu-se a apreciação da Acta nº 48, relativa ao dia 22 de Setembro de 2010, que, depois de colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Parecer relativo aos Projectos de Lei nº s. 326/XI/1ª. (PSD), 411/XI/2ª. (PCP) e 415/XI/2ª. (PEV) sobre " Transferência de Farmácias ", foi apresentado pelo Deputado João Serpa Oliva que enunciou os considerandos e concluiu que a iniciativa reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário, reservando a sua opinião para aquela sede.

Para pedir esclarecimentos, que o Deputado Relator logo esclareceu, intervieram os Deputados Clara Carneiro, Paula Santos, Rui Prudêncio e Ricardo Gonçalves.

O Presidente colocou à votação os considerandos e as conclusões do Parecer sobre os Projectos de Lei nºs.326, 411 e 415, que foram aprovados por unanimidade.

Os Projectos de Lei nºs. 413/XI/2ª. (PS) relativo aos " Direitos dos doentes à informação e ao consentimento informado" e 414/XI/2ª (BE) que " Regula o direito dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Regime Nacional de Testamento Vital (RENTEV)", foram distribuídos ao PSD para elaboração de Parecer, que indicou como Relatora a Deputada Teresa Fernandes.

O Presidente informou que a Ministra da Saúde propôs vir à Comissão no dia 27 de Outubro ou dia 3 de Novembro, o que levou ao protesto dos Grupos Parlamentares do BE, do PSD e do CDS/PP. O Deputado João Semedo mostrou-se incrédulo pelas datas apresentadas, face ao solicitado pela Comissão. Ouvir a Ministra rapidamente é uma questão política, porque estão a fazer-se mudanças importantes no Ministério e os Deputados desconhecem essa informação. Propôs fazer a audição da Ministra na próxima sexta-feira, lembrando que há Ministros que vêm ao Parlamento reunir com as comissões, às sextas.

A Deputada Clara Carneiro considerou inaceitável que uma audição requerida em 25 de Maio a pedir a audição da Ministra não tenha ainda ocorrido. Perante isso, anunciou que vai apresentar um requerimento potestativo para a vinda Ministra da Saúde à Comissão de Saúde, com carácter de urgência.

O Deputado João Serpa Oliva concordou com os oradores anteriores, salientando o facto de os requerimentos terem entrado há bastante tempo e os temas serem relevantes.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos propôs o dia 13 de Outubro para a reunião com a Ministra da Saúde.

O Presidente disse que vai diligenciar junto do MAP para encontrar outra data para antecipar a reunião com a Ministra.

Em termos de calendarização dos trabalhos até final do ano, o Presidente anunciou que depois da visita de trabalho a Bragança, a Comissão deve efectuar visitas mais pequenas, designadamente, ao Centro de Saúde de Odivelas (a uma 4ª feira de manhã), às urgências do Hospital Dr. Fernando da Fonseca e ao IPO de Lisboa (às 3ªs. feiras, à tarde).

Lembrou que estão pendentes em Comissão a audição da Alta Comissária da Saúde sobre o Plano Nacional de Saúde, a Coordenadora da Unidade Missão para os Cuidados Continuados e a realização de um conjunto de audiências.

Deu conta dos tempos que serão utilizados nas audições da Ministra da Saúde, quer as obrigatórias quer a requerimento dos Grupos Parlamentares. Neste caso a audição inicia-se com a intervenção do grupo ou grupos parlamentares requerentes, por ordem cronológica dos requerimentos. O Presidente, em conjunto com os serviços de apoio, irá preparar os vários tipos de grelhas de tempo, que serão enviadas posteriormente a todos os Deputados.

Em outros assuntos, o Presidente perguntou se algum Grupo Parlamentar se opõe a que seja discutido o requerimento do PSD que solicita a audição do Prof. Dr. Jorge Simões, indigitado para Presidente da ERS.

A Deputada Clara Carneiro explicou que pretende ouvir o Prof. Dr. Jorge Simões para que tenha "a oportunidade de explicar como compatibiliza o facto de, encontrando-se já indigitado para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Directivo da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), participar activamente em reuniões de cariz estritamente partidário nas quais são efectuados ataques políticos a outras formações partidárias e aos respectivos líderes".

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos insurgiu-se contra os fundamentos do requerimento, não podendo por isso votá-lo favoravelmente. Disse não compreender porque razão um cidadão não pode participar num encontro organizado pelo PS, onde estavam presentes cidadãos militantes e cidadãos não militantes.

O Deputado João Semedo referiu que, sem prejuízo dos direitos de participação cívica, é pouco prudente que o titular de uma entidade reguladora possa participar num evento partidário, considerando não ser um bom começo para o início das suas importantes responsabilidades.

A Deputada Clara Carneiro aceita democraticamente que o PS esteja em desacordo, mas o assunto tem a ver com uma questão de ética, as pessoas têm de se resguardar quando estão em determinadas situações.

O Presidente colocou à votação o requerimento do PSD a pedir a audição do Prof. Jorge Simões que teve os votos favoráveis do PSD e do BE, os votos contra do PS e as abstenções do CDS/PP e do PCP. Pelo facto de se ter registado um empate, e o regulamento da Comissão ser omissivo nessa questão, vai averiguar-se qual o procedimento a adoptar.

Antes do final da reunião, a Deputada Clara Carneiro indicou os nomes das personalidades que pretende ouvir sobre a sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde, na medida em que daí depende a própria efectividade do direito à protecção da Saúde, e porque entende como urgente um debate alargado sobre esta matéria no seio da Comissão de Saúde (requerimento de 17 de Setembro): Prof. Correia de Campos; Prof. Paulo Kuteev-Moreira; Dr. Luís Filipe Pereira; Prof. Miguel Gouveia; Prof^a. Manuela Arcanjo e Prof^a. Ana Escoval.

O Presidente pediu aos outros Grupos Parlamentares que apresentem os seus contributos para a discussão da sustentabilidade do SNS, para que se possa definir a metodologia a adoptar.

Audiência com a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA)

(Audiência integralmente gravada)

O Presidente da APIFARMA, Dr. João de Almeida Lopes, que se fez acompanhar pelos Drs. Rui Santos Ivo e João Barroca, agradeceu a oportunidade de, mais uma vez, reunir com a Comissão de Saúde. Sublinhou que inicialmente o pedido de audiência se prendia com questões relativas à propriedade intelectual, mas entretanto surgiram novos assuntos relacionados com o pacote de medidas que o Governo apresentou, visando baixar o preço dos medicamentos e alterar as comparticipações. As medidas anunciadas conduzem a uma subida de escalão, o que provocará um aumento de gastos por parte dos cidadãos e pode até levar ao desemprego no sector farmacêutico.

Seguiu-se o debate durante o qual os Deputados fizeram comentários e colocaram questões. A Deputada Clara Carneiro disse estar preocupada com o pacote do medicamento, que, com a mudança de escalão nas comparticipações, vai gerar um aumento de custos. O Deputado Rui Prudêncio lembrou que o pacote anterior não teve o efeito desejado, pelo que foi preciso encontrar uma alternativa e a situação económica actual é justificativa das medidas tomadas. O Deputado João Semedo esclareceu que a política do medicamento em Portugal não tem lógica e se este novo pacote tem em vista evitar abusos, há que os identificar, mas parece que não têm a dimensão que o Governo refere. A Deputada Paula Santos registou as preocupações da APIFARMA e manifestou descontentamento pelo facto de o Governo aumentar o custo dos medicamentos e desapoiar quem mais precisa.

O Presidente da APIFARMA respondeu às questões colocadas, salientando que para a indústria farmacêutica é mais apelativo exportar certos medicamentos para a Europa, onde o preço é mais elevado do que em Portugal.

Audiência com a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR)

(Audiência integralmente gravada)

O Presidente da APIR, Carlos Silva, começou por agradecer ser recebido pela Comissão de Saúde (já o tendo sido pelos GP do PSD, do BE e do PCP) e ter oportunidade de apresentar as preocupações relacionadas com o tratamento da doença renal crónica em Portugal, que é considerado como um dos melhores da Europa. Entregaram um documento de trabalho contendo diversos pontos susceptíveis de discussão, sobre a concentração dos serviços de hemodiálise, sobre a avaliação da qualidade dos serviços que prestam hemodiálise, sobre a

prevenção da doença renal crónica e sobre transportes. Referiu alguns dados, salientando que em 2009 existiam 16 mil pessoas a fazer hemodiálise e foram transplantados 595 doentes. Seguiu-se o debate em que intervieram os Deputados Rosário Águas, Maria Antónia Almeida Santos e Ricardo Gonçalves, que comentaram a apresentação e colocaram questões que foram respondidas pelo Presidente da APIR.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 Outubro 2010.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Carla Barros
Clara Carneiro
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria Helena Rebelo
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Paula Santos
Pedro Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares
Maria das Mercês Borges
Maria José Nogueira Pinto
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Conceição Casa Nova
Luísa Salgueiro